

Brasília-DF, 28 de outubro de 2026



Veja o que Lula pode mudar nas leis trabalhistas em seu quarto governo

Governo sinaliza resposta à pressão social por regras menos precárias para terceirização e pejetização



Por Cristiane Gercina

(Folhapress) – O quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reeleito neste domingo (25), poderá ter alterações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) após apoiar o fim da escala 6x1.

As mudanças em regras trabalhistas já estavam

previstas no plano de governo do petista, sem haver detalhamento, e a ideia agora é debater as possíveis alterações para enviar legislações ao Congresso.

Entre os pontos que podem ser alterados estão o combate ao que se chamou de terceirização e pejetização fraudulenta, além de uma tentativa de fortalecimento dos sindicatos, que ganham importância com as negociações coletivas previstas na implantação da escala 5x2, com dois dias de descanso semanal remunerado, e redução de jornada de 44 horas semanais para 42 horas a partir de dezembro.

“Vamos aprimorar a legislação trabalhista, alterando regras que induzem à precarização das condições de trabalho, os marcos regressivos contidos na legislação, as fraudes presentes em muitas terceirizações, e retomando assistência sindical nas homologações de rescisão do contrato de trabalho”, diz o programa de governo.

Segundo o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais e um dos coordenadores do plano de governo de Lula na área econômica, não houve um debate operacional do que seria feito, mas há “claramente uma intenção de enfrentar esses problemas”.

“O presidente manifesta isso, todos nós que trabalhamos indicamos essa necessidade, e as ruas têm mostrado que algo precisa ser feito”, diz Ganz Lúcio, ex-presidente do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Lúcio diz que será necessário transformar as propostas em medidas concretas, em um cenário que deve exigir maior atuação dos sindicatos e fortalecimento da negociação coletiva, em especial com o fim da escala 6x1 e a implantação da escala 5x2 e a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais, hoje, para 40 horas semanais em dezembro de 2027.

Um dos principais desafios é o que ele chamou de pejetização fraudulenta, quando as empresas contratam trabalhadores como pessoas jurídicas, embora a relação de trabalho tenha características de emprego assalariado. De acordo com ele, será preciso regulamentar de alguma forma esse tipo de contratação.

“Se quer fazer um contrato PJ, que faça, mas esse trabalhador precisa ter direitos, como 13º, licença-maternidade e férias”, afirma.

O sociólogo diz ainda que será preciso combater a terceirização irregular, tanto no setor público quanto

Brasília-DF, 28 de outubro de 2026

no privado, incluindo situações em que há mudanças de CNPJ, mas os trabalhadores continuam exercendo as mesmas funções.

Lúcio afirma também que o enfrentamento dessas práticas exigirá encontrar caminhos jurídicos capazes de proteger os trabalhadores sem impedir a adoção desses modelos de contratação. Para ele, relações de trabalho que não sigam o formato tradicional conhecido hoje também podem assegurar direitos equivalentes, desde que haja algum tipo de garantia efetiva.

Ele acredita que não será fácil, mas que o presidente Lula e o governo precisam ouvir as ruas, com o apoio que a campanha recebeu neste segundo turno.

O sociólogo também aponta a necessidade de discutir mudanças mais amplas no financiamento da Previdência Social. Na avaliação dele, o debate sobre as relações de trabalho pode abrir espaço para repensar o sistema de contribuição previdenciária diante de formas de contratação que não se enquadram no modelo clássico de emprego.

Em nota divulgada após vitória de Lula, as centrais sindicais agradecem ao presidente reeleito, reconhecem que a reeleição só foi possível por conta de uma união de forças que contou com a presença de jovens nas ruas e nas redes, além de idosos que se dispuseram a votar, mesmo sem ser obrigados.

O manifesto afirma que o governo tem agora “a responsabilidade de transformar a esperança renovada em novas realizações”, e citam um série de áreas que precisam de ações, segundo os sindicalistas.

As entidades defendem que a mobilização continue após as eleições e se transforme em participação política permanente, e apontam como prioridade para o próximo mandato crescimento econômico com distribuição de renda, criação de empregos, aumento dos salários, redução da jornada de trabalho, combate às desigualdades e a ampliação das oportunidades para os jovens.

“Nenhum governo realizará sozinho essas transformações. A força que vimos nas ruas precisa continuar presente na sociedade e ocupar espaço no governo.” Dizem também que Lula já ajudou a “plantar” sonhos dos quais a sociedade não quer mais abrir mão.

“Durante décadas, Lula ajudou a demonstrar que sonhos coletivos podem se transformar em realidade: sonhos em organização, organização em luta, luta em políticas públicas, políticas públicas em direitos e

direitos em transformação concreta da vida de milhões de brasileiros.” Também afirmam que é necessário enfrentar as mudanças climáticas e tecnológicas.

Assinam o documento Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores); Miguel Torres, presidente da Força Sindical; Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores); Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); Antônio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros); Sonia Zerino, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores); Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora; José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor; e Luiz de Souza Arraes, do Fórum Sindical de Trabalhadores.

Fonte: ICL Noticias

Demissão por voto nas eleições é ilegal; saiba como denunciar

Após reeleição de Lula, parlamentares e pessoas que se dizem empresárias incentivam, pelas redes sociais, demissões de petistas. Prática discriminatória pode gerar indenização e reintegração ao emprego.



A reeleição de Lula (PT) provocou uma série de publicações nas redes sociais incentivando a demissão de funcionários por suas preferências políticas. A prática é ilegal: embora o empregador possa dispensar trabalhadores sem justa causa, não pode fazê-lo por sua escolha eleitoral. Quem sofrer discriminação pode recorrer à Justiça para pedir indenização e reintegração ao emprego.

Entre os autores das publicações estão pessoas que se apresentam como empresárias e a vereadora de Londrina (PR) e deputada estadual eleita Jessião (PL). No X, ela escreveu: “Você tem uma empregada que é petista? DEMITA! Tem um funcionário que é

Brasília-DF, 28 de outubro de 2026

petista? DEMITA!". Também recomendou romper relações com prestadores de serviços e amigos que apoiam o PT.

No Rio de Janeiro, a deputada estadual Índia Armelau (PL) comparilhou nas redes mensagem que sugeria que empresários verificassem as manifestações políticas dos empregados: "Empresário, olha a rede social do teu funcionário aí e confere se ele fez 'L'", dizia o texto que ainda questionava a manutenção de funcionários que "odeiam empresários". A publicação foi posteriormente apagada pela parlamentar. Reeleita, Índia Armelau foi a deputada estadual mais votada do Rio de Janeiro, com mais de 248 mil votos.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) do Paraná abriu investigação sobre a manifestação de Jessicão por possível assédio eleitoral. O órgão ressalta que represálias motivadas por escolhas políticas podem ser denunciadas mesmo depois das eleições.

O que diz a lei?

A Constituição garante a liberdade de convicção política, enquanto a Lei 9.029/1995 proíbe práticas discriminatórias nas relações de trabalho. Isso significa que o empresário pode ter suas preferências eleitorais e manifestá-las, mas não usar sua autoridade para constranger, ameaçar ou punir funcionários por suas escolhas políticas.

Se a Justiça reconhecer que a demissão foi discriminatória, o trabalhador poderá pedir indenização por danos morais e escolher entre duas alternativas:

- Voltar ao emprego, com recebimento dos salários e demais remunerações devidas pelo período de afastamento.
- Receber em dobro a remuneração correspondente ao período de afastamento, com correção monetária e juros legais.

A empresa também pode sofrer sanções administrativas e responder por danos morais coletivos, conforme as circunstâncias.

Demitir por motivo político é crime?

Não automaticamente. A demissão discriminatória é uma ilegalidade trabalhista, mas não configura, por si só, crime eleitoral.

O artigo 301 do Código Eleitoral prevê até quatro anos de prisão, além de multa, para quem usa violência ou grave ameaça para obrigar alguém a votar ou deixar de votar em determinado candidato ou partido.

A diferença está na conduta: ameaçar um empregado para interferir em seu voto pode configurar crime eleitoral. Já dispensá-lo como represália depois da

votação pode gerar indenização e outras consequências trabalhistas, sem necessariamente constituir aquele crime.

O MPT considera que o assédio eleitoral pode ocorrer antes, durante ou depois da eleição, desde que relacionado à disputa e à relação de trabalho.

Como denunciar?

Quem sofrer ou presenciar ameaças, constrangimentos ou demissões por motivação política pode procurar o Ministério Público do Trabalho. Não é necessário esperar pela demissão para denunciar.

Veja o que fazer, segundo orientações do Ministério Público do Trabalho:

- Guarde as provas. Preserve mensagens, áudios, vídeos, publicações e capturas de tela. Anote datas e nomes de possíveis testemunhas.
- Procure o MPT. Acesse mpt.mp.br e entre no canal de denúncias da unidade do seu estado.
- Relate o ocorrido. Informe o nome da empresa, os envolvidos e como aconteceu a ameaça ou represália.
- Solicite sigilo. É possível pedir a preservação da identidade do denunciante.

Fonte: Congresso em Foco

Xi Jinping parabeniza Lula e propõe acelerar parceria estratégica China-Brasil



Segundo o líder chinês, a cooperação ganhou maior relevância global, estratégica e de longo prazo, tornando-se um "exemplo de solidariedade e cooperação entre os países do Sul Global".

O presidente da China, Xi Jinping, enviou nesta terça-feira, 27, uma mensagem ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para parabenizá-lo pela reeleição e defender o aprofundamento da parceria estratégica entre os dois países, segundo comunicado

Brasília-DF, 28 de outubro de 2026

divulgado pelo governo chinês. Xi destacou as contribuições de Lula para o desenvolvimento das relações bilaterais e afirmou que ambos mantiveram comunicação estreita nos últimos anos.

Segundo o líder chinês, a cooperação ganhou maior relevância global, estratégica e de longo prazo, tornando-se um "exemplo de solidariedade e cooperação entre os países do Sul Global".

O presidente chinês disse ainda que pretende trabalhar com Lula para elevar a novos patamares a construção de uma "comunidade de futuro compartilhado China-Brasil" e ampliar a cooperação estratégica abrangente, em benefício das populações dos dois países.

Pequim já havia reconhecido o resultado da eleição brasileira na segunda-feira. Na ocasião, o porta-voz da chancelaria, Guo Jiakun, afirmou que a China respeita a "escolha do povo brasileiro", ao ser questionado sobre a contestação do resultado por Flávio Bolsonaro (PL), adversário de Lula na disputa presidencial.

O vice-presidente chinês, Han Zheng, também enviou mensagem de congratulações ao vice-presidente reeleito Geraldo Alckmin.

Fonte: Estadão Conteúdo

Lula bate próprio recorde e se torna o presidente mais votado da história

A marca anterior pertencia ao próprio presidente, quando recebeu 60,3 milhões de votos nas eleições de segundo turno contra Jair Bolsonaro (PL), em 2022



(Foto: Ricardo Stuckert)

Reeleito neste domingo (25) para seu quarto mandato com 64,25 milhões de votos (51,79%), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) supera as suas próprias marcas e se

consagra como o presidente mais votado da história da República brasileira.

A marca histórica anterior pertencia ao próprio Lula, quando recebeu 60,34 milhões de votos nas eleições de segundo turno contra Jair Bolsonaro (PL), em 2022.

Em relação a essa última eleição, o presidente recebeu mais de 3,9 milhões de votos diante da expansão do eleitorado brasileiro, que subiu de 156,4 milhões para 158 milhões de eleitores aptos a votar em 2026.

No primeiro turno, Flávio Bolsonaro (PL) obteve 56,10 milhões de votos (47,03%) contra 53,87 milhões de votos (45,16%) de Lula.

Na votação final, o presidente somou mais de 10,3 milhões de votos adicionais, o que reverteu a vantagem do adversário.

Também foi a primeira vez, desde a instituição do sistema de dois turnos (1989), que um candidato que terminou o turno em segundo lugar conquistou a Presidência.

Na comparação entre as duas eleições, o presidente também dobrou sua margem de vitória.

Em 2022, venceu Bolsonaro por diferença de 2,13 milhões de votos (1,8 ponto percentual), ao passo que, em 2026, a diferença sobre o filho 01 do ex-presidente superou os 4,5 milhões de votos (3,5 pontos percentuais).

Em termos percentuais, o maior desempenho de Lula permanece sendo o de 2002 (61,27% contra José Serra) e o de 2006 (60,83% contra Geraldo Alckmin, seu atual vice).

Lista das votações presidenciais:

2026 — Lula (PT): 64,2 milhões de votos

2022 — Lula (PT): 60,3 milhões de votos

2006 — Lula (PT): 58,3 milhões de votos

2018 — Jair Bolsonaro (PL): 57,8 milhões de votos

2010 — Dilma Rousseff (PT): 55,7 milhões de votos

2014 — Dilma Rousseff (PT): 54,5 milhões de votos

Fonte: Portal Vermelho